



Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

vidas na grande maioria, por Prefeituras Municipais com relação ao cálculo e apuração do ISSQN.

d) Ações Cíveis

Os processos judiciais de natureza cível, consistem em ações de clientes e usuários pleiteando indenizações por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de planos econômicos sobre aplicações financeiras, devolução de valores por revisão contratual, entre outras.

Destacam-se nas ações judiciais cíveis as ingressadas por cotistas dos fundos de investimentos geridos e custodiados pelo Banco Santos, para liberação de recursos aplicados, em função da liquidação daquela Instituição. O saldo da provisão estimada para cobrir futuras perdas é de R\$14.478 (R\$25.278 em 31.12.2017).

e) Outras Contingências

Nos valores registrados em outras contingências constam provisões para cobrir saldos registrados no ativo de natureza de realização incerta, relacionados a processos de apuração interna, direitos a receber face contestação de contrato com fornecedor da área de tecnologia, bem como ações movidas por participantes da CAPAF, pleiteando, na maioria, devolução de contribuição e equiparação de remuneração aos empregados da ativa.

f) Provisões e Contingências Passivas

A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela área jurídica, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por ações trabalhistas, fiscais, cíveis e outras ações. A administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender à probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos.

A movimentação das provisões para demandas judiciais, classificadas como prováveis, está abaixo especificada:

Provisões para Demandas jurídicas - Prováveis	31.12.2018	31.12.2017
Ações Trabalhistas		
Saldo no início do período	82.347	50.478
Adições	93.143	66.605
Baixa por pagamento	(51.538)	(34.736)
Saldo no final do período (nota nº 13.c)	123.952	82.347
Ações Cíveis		
Saldo no início do período	67.200	61.187
Adições	50.855	36.944
Baixa por pagamento	(25.429)	(24.273)
Reversão da Provisão	(15.682)	(6.658)
Saldo no final do período (nota nº 13.c)	76.944	67.200
Ações Fiscais		
Saldo no início do período	1.131	1.845
Adições	10.438	1.436
Baixa por pagamento	(507)	(1.011)
Reversão da Provisão	(2.176)	(1.139)
Saldo no final do período (nota nº 13.c)	8.886	1.131
Contratos Onerosos (Planos Saldados)		
Saldo no início do período	722.081	732.363
Atualização monetária	55.581	63.485
Baixa por pagamento	(85.475)	(73.767)
Saldo no final do período (nota nº 25.b)	692.187	722.081
Outra contingências		
Saldo no início do período	70.580	82.962
Adições	6.008	4.495
Baixa por pagamento	(5.572)	(11.101)
Reversão da Provisão	(35.306)	(5.776)
Saldo no final do período (nota nº 13.c)	35.710	70.580
Total	937.679	943.339

Cronograma esperado de desembolsos

	Trabalhistas/Capaf	Cíveis	Fiscais
Até 5 anos	143.062	39.349	7.700
De 5 anos a 10 anos	8.406	25.582	988
Acima de 10 anos	7.844	12.013	198
Total	159.312	76.944	8.886

Provisões para demandas judiciais - Possíveis	31.12.2018	31.12.2017
Causas trabalhistas	18.384	22.492
Causa Cíveis ⁽¹⁾	117.183	178.825
Total	135.567	201.317

⁽¹⁾ Composto, substancialmente, por processos que questionam a revisão de contrato quanto à prestação dos encargos financeiros e capital R\$21.340 (R\$33.415 em 31.12.2017), a inexistência de débito R\$32.572 (R\$32.572 em 31.12.2017), pedidos de liberação de parcelas de financiamento R\$0 (R\$20.662 em 31.12.2017), observação de leis ambientais na concessão de crédito R\$18.031 (R\$18.031 em 31.12.2017), redução de penhora e cancelamento de hipotecas R\$5.540 (R\$15.892 em 31.12.2017), revisão de valores cominados com danos morais e materiais R\$20.139 (R\$13.161 em 31.12.2017), dação em pagamento R\$5.983 (R\$5.983 em 31.12.2017), anulação e revisão de cláusulas contratuais R\$ 0 (R\$5.274 em 31.12.2017), não inclusão de cadastros restritivos R\$4.510 (R\$0 em 31.12.2017), substituição de garantias com consignação em pagamento R\$3.856 (R\$0 em 31.12.2017).

15. Patrimônio líquido

a) Valor Patrimonial e Valor de Mercado por Ação Ordinária

Valor Patrimonial e Valor de Mercado por Ação Ordinária	31.12.2018	31.12.2017
Patrimônio Líquido do Banco da Amazônia	1.938.608	1.885.309
Valor patrimonial por ação (R\$) ⁽¹⁾	65,39	63,59
Valor de mercado por ação (R\$) ⁽²⁾	23,89	25,00

⁽¹⁾ Calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco da Amazônia S.A.

⁽²⁾ Cotação de fechamento do mês, conforme B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

b) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o Capital Social, subscrito e integralizado, no valor de R\$1.623.252 (R\$1.623.252 em 31.12.2017) está representado por 29.645.967 ações ordinárias nominativas (29.645.967 de ações ordinárias nominativas em 31.12.2017), escriturais e sem valor nominal.

Quantidade de ações	31.12.2018	31.12.2017
De domiciliados no país	29.645.696	29.645.696
De domiciliados no exterior	271	271
Total	29.645.967	29.645.967

A participação acionária no Capital do Banco está assim distribuída:

	31.12.2018		31.12.2017	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União	28.574.057	96,4	28.604.757	96,5
Adm. direta-Min. da Fazenda	15.119.443	51,0	15.119.443	51,0
Administração indireta	13.454.614	45,4	13.485.314	45,5
FI CAIXA FGEDUC (*)	10.427.301	35,2	10.429.301	35,2
BB FGO-Fundo Inv. em Ações	3.027.313	10,2	3.056.013	10,3
Demais	1.071.910	3,6	1.041.210	3,5
Total	29.645.967	100	29.645.967	100

^(*) Em 31.12.2017, a participação era do BB FGEDUC.

c) Reservas de Reavaliação

As reservas de reavaliação, no valor de R\$21.922 (R\$22.730 em 31.12.2017) referem-se às reavaliações de ativos. As realizações dessas reservas, no período, importaram em R\$808 (R\$809 em 31.12.2017), decorrentes de depreciação, transferidas para conta de lucros ou prejuízos acumulados. Conforme Resolução CMN nº 3.565/2008, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

d) Reservas de capital e de lucros

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária destina-se ao reforço patrimonial para gerir o FNO. Do lucro líquido apurado no período, é destinado 80%, do saldo que remanescer, até que alcance 10% do total de recursos aplicados ao referido fundo, limitado ao que determina o art. 199 da Lei nº 6.404/1976. O quadro abaixo demonstra os saldos das Reservas de Capital e de Lucros:

	31.12.2018	31.12.2017
Reserva de Capital	2.253	2.253
Reserva de Lucros	971.800	903.687
Legal	129.685	124.231
Estatutária	842.115	779.456